

MATRICENTRALIDADE, INDIGÊNCIA E ENRAIZAMENTO FAMILIAR

*Delma Pessanha Neves**

Resumo: O texto apresenta a análise da reconversão de bens que, embora obtidos sob redistribuição filantrópica, tornam possível a acumulação de recursos para a construção de patrimônio habitacional por pedintes institucionais. Este patrimônio assegura o enraizamento da parentela, a agregação de gerações familiares e a assistência daqueles que se apresentam destituídos de meios para autonomia financeira. A reconversão apresenta-se assim como uma ação política possível aos destituídos de direitos sociais.

Palavras-chave: filantropia – gerações alternadas – ação política

INTRODUÇÃO

Neste texto, apresento análises sobre o papel de mães ou avós (reconhecidas institucionalmente como indigentes e sob a designação de *idosas*) na assistência aos filhos incapazes para a provisão autônoma e aos netos desprovidos de atenção paternal.¹ Articulado desta forma, este papel exercido pelas mulheres não se constituiu em objeto de estudo pelos pesquisadores das ciências sociais no Brasil. Vinculado ao estudo da unidade familiar enquanto estrutura de organização de relações sociais, esse papel já foi objeto de reflexão, tanto por mim. (Neves, 1985) como por Klaas Woortmann (1987) e Jardim (1998)

AS MÃES E AS AVÓS PROVIDORAS

O sistema intergeracional de solidariedade que preside as relações familiares para o enfrentamento das condições precárias de vida tem sido explicitado, de forma mais eloquente, no arranjo idealmente provisório reconhecido pela

* Antropóloga, professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas-UFF e bolsista do CNPq.

¹ O texto inicial, do qual este é sub-produto, foi escrito durante minha permanência na França para realização de pós-doutorado, enquanto pesquisadora vinculada ao acordo CAPES/COFECUB posto em prática pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política/NUFEP – Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense, a área de Sociologia do IUPERJ e o Departamento de Sociologia da Universidade de Paris X – Nanterre – Projeto Espaço Público, Conflitos e Democracia em uma perspectiva comparada.

matrifocalidade. A primazia da análise da forma, inclusive pela ênfase na sua atribuída excentricidade, secundarizou o estudo do processo de sua constituição e desconsiderou sua menor significância estatística. Diversos autores já investiram na discussão crítica sobre a atribuição de caráter estrutural à matrifocalidade como forma de nupcialidade e de maternidade, como acentuaram os seus primeiros estudos.²

Os autores tendem hoje a um certo consenso sobre a constituição da matrifocalidade em situação extrema e nem sempre desejada. É definida então como um arranjo de relações organizado para o socorro dos mais fragilizados diante de acúmulo de concubinagens sucessivamente desfeitas, diante das dificuldades de objetivar o modelo de família conjugal, de doenças, de desemprego. Institui o primado do princípio de filiação frente ao princípio da aliança, sendo recorrente a ausência do parceiro masculino permanente e a objetivação da solidariedade pelos papéis femininos. A prevalência de filhos ilegítimos, o aumento das despesas de consumo sem a correspondência de adultos responsáveis pela composição do rendimento familiar, todos estes fatores reforçam a ligação mãe e filhos e as demandas sobre as avós. (cf Attias-Donfut et Lapierre, 1997, p.10-12; Attias-Donfut et Segalen, 1998, p.179-203; Neves, 1985; Woortmann, 1987)

A análise dos casos considerados neste texto permite ressaltar outras variações e arranjos familiares, inclusive aqueles que expressam melhor as conquistas paulatinamente acumuladas por alguns membros de uma mesma fratria. O modelo ideal é o da individualização da família nuclear, com relações intergeracionais fluidas. Sendo a situação menos recomendada, a matrifocalidade expressa em certos arranjos evidencia que o apoio das avós é diferenciado. Não se pode generalizar o papel das mães e avós provedoras porque esta forma de exercê-lo é evidência de variações nas condições de reprodução. O papel das avós é acentuado nos casos em que os pais não podem assumir total ou parcialmente suas funções e em que ocorram condições de possibilidade para o exercício assistencial frente aos netos sem atenção paternal. Ele geralmente incide sobre avós que contam com alternativas de acesso a um patrimônio habitacional. A mesma avó pode exercer seus papéis de modo extremamente diferenciado, conforme sejam as condições de organização das unidades de procriação dos seus filhos.

Portanto, a situação social das *idosas* indigentes não é homogênea. Muitas delas estão dotadas de habilidade para mobilizar solidariedade institucional porque seus filhos não têm condições de ajudá-las. Outras ainda crescem a responsabilidade diante de crianças órfãs e deficientes (físicos e mentais), de filhos depen-

² FRAZIER, E.F. *Negro Family in the United States*. Chicago: University of Chicago Press, 1939; BRAITHWAITE, L. Social stratification in Trinidad. *Social and Economic Studies*, October, 1935; HENRIQUES, F. 1953 *Family and Colour in Jamaica*. Eyre and Spottswode, 1953; SMITH, R.T. *The Rural Negro family in British Guiana*. Londres, 1954. PhD thesis – University of Cambridge.

dentes de droga, especialmente álcool. É sobre estas últimas que privilegio as considerações aqui apresentadas.³

A importância central das mulheres *idosas* que ocupam a posição de avós entre as famílias de segmentos empobrecidos da sociedade brasileira não se constitui fenômeno novo. Contudo, o desempenho desta posição tem sido redimensionado pelo reconhecimento de novos papéis exercidos pelos *idosos* e pela sua maior longevidade, em diversos segmentos sócio-econômicos. O reconhecimento geral desta presença ativa e a redefinição dos modos de inserção têm redimensionado a posição social dos assim qualificados *idosos*. Além disso, têm propiciado a circulação redistributiva de bens dos segmentos da classe média para aqueles que sobrevivem em situação precária.

Esse reconhecimento também deriva de certa tomada de consciência política do desamparo de parte da população empobrecida na sociedade brasileira, porque praticamente não há políticas sociais que se encarreguem da assistência aos dependentes ou inaptos à autonomia financeira. A raridade das políticas sociais existentes se dirige para o trabalho, o emprego e a formação, muito recentemente à proteção social desassociada ao trabalho assalariado formal. Incorporando abertamente o mercado de trabalho informal, a sociedade brasileira produziu uma camada significativa de indigentes, embora seus protagonistas tenham se dedicado ao trabalho produtivo durante praticamente toda sua existência. E hoje seus governantes encontram dificuldades para cobrir os gastos com prestações monetárias dos trabalhadores do mercado informal, integrados a partir dos 70 anos sob a condição de indigentes, num momento de agravamento dos fenômenos da precariedade, que já os havia atingido desde há muito.

AS REDES DE SOLIDARIEDADE E A VISIBILIDADE DOS VELHOS INDIGENTES

A prática da filantropia coloca em destaque a posição dos velhos e das crianças contextualmente consideradas indigentes. Ela reconhece dois pólos geracionais diante da expansão da pobreza. E, assim, coloca em evidência as situações de carência material que não podem ser explicadas por responsabilidades individuais diante da auto-provisão. Considerados dependentes porque improdutivos, os velhos e as crianças são então melhor reconhecidos como merecedores de ajuda.

A prestação de serviços assistenciais e filantrópicos muitas vezes privilegia a presença da dupla situação, isto é, a coabitação de crianças e velhos se amparando mutuamente. Colocando em destaque a referência mútua das duas gerações

³ Nas situações de pesquisa em que a instituição focalizada privilegia o atendimento às crianças classificadas como carentes, outras modalidades de relações entre avós e netos aparecem. Muitas das crianças não comparecem assiduamente às atividades a elas dirigidas, alegando necessidade de acompanhar avós doentes ou que devem se dirigir a médicos, a instituições e a bancos para receberem a aposentadoria ou a pensão.

alternadas, tanto os velhos como as crianças estão associados para serem reconhecidos. Nesta situação, os investimentos se desdobram em benefícios simultâneos para duas gerações alternadas.⁴

Superdimensionada pela perspectiva das gerações alternadas, esta reconhecida forma de carência material ganha expressão pela mobilização de redes de solidariedade associativa, desqualificando a demanda da geração intermediária, suposta potencialmente produtiva. No entanto, os efeitos da carência material revelam a impossibilidade ou a limitação do desempenho do papel pelos pais, aos quais vislumbra-se a intensificação da disciplina para a busca do trabalho, nestes termos hipoteticamente sob oferta contínua e geral neste mercado específico. As impossibilidades do exercício do papel de pais podem ser derivadas de fatores conjunturais, como aumento do índice de desemprego e de rebaixamento do valor do salário, de mortes prematuras, destacando-se os assassinatos e os acidentes de trânsito. E fatores que inviabilizam o exercício da responsabilidade, paternal ou maternal, como é o caso da incidência de doenças mentais e o uso qualificado como abusivo de drogas, especialmente do álcool.

A posição privilegiada das avós consideradas por esta análise funda-se na tentativa ou na conquista da aglutinação de múltiplos recursos para se prover e aos parentes: assistência continuada, pensão ou aposentadoria; acesso a bolsa de alimentos redistribuída por instituição filantrópica; posse ou aluguel de barraco em favelas. Mas sustenta-se também na conversão de saber construído na interioridade e na exterioridade da relação com segmentos sociais diversos, em mecanismos de transferência de bens; na capacidade de redefinir estereótipos (imputados aos velhos e aos pobres) em formas de inserção social. As condições de possibilidade de construção e exercício destes saberes se baseiam no aprendizado acumulativo adquirido pela experiência de vida e trabalho na posição de empregada doméstica tradicional, onde as formas de remuneração eram cotidianamente negociadas para inclusão de benefícios indiretos, tão mais amplos quanto o relacionamento permitisse.⁵

AS INDIGENTES PROVIDORAS: VIABILIDADES SOCIAIS

Essas mães e avós são ciosas da transmissão de valores que tornem viável a transferência da maior parte dos bens a que têm acesso por redistribuição de segmentos da classe média para os da população altamente empobrecida. Enquanto provedoras de filhos dependentes e mães em substituição, auferem de liderança na elaboração de projetos para administração dos modos de atendimento de necessi-

⁴ Estou utilizando a noção de geração segundo os significados atribuídos por Attias-Donfut (1988): critério relacional de organização social e definição do tempo diante de ciclos de vida.

⁵ Por falta de espaço, a análise sobre a prática de trabalho da empregada doméstica contida na versão original deste texto, foi aqui suprimida. Ver também Barbosa, 2000.

dades básicas.⁶ Dotadas de meios para mobilizar recursos, através delas, relações intergeracionais são preservadas, em contraposição a alternativas de circulação de crianças e abandono de adultos incapazes, mecanismos orientados por valores construídos pela cultura da solidariedade.⁷ Em muitas situações, as avós são chamadas a cumprir papel cujo exercício ultrapassa as possibilidades de suas condições físicas. Mas elas são mobilizadas para esta função porque os espaços intergeracionais se modificaram, em face das impossibilidades e improbabilidades do desempenho de papéis atribuídos à geração dos pais. E a função se torna possível graças a movimentos outros da sociedade, inclusive por causa deste mesmo tempo do ciclo de vida liberado para outras categorias econômicas, que redimensionam sua vida e a dos velhos pobres pela constituição de novas redes entrelaçadas por movimentos associativos beneficentes. Negando-se ao refúgio na miséria absoluta, ao isolamento e à morte por inanição e falta de recursos médicos, os velhos em situação de indigência desfilam por instituições assistenciais, legitimando o sentido da vida redimensionado pelo trabalho voluntário de assistência aos pobres.

Estudar os modos de exercício do papel destas *idosas* reconhecidas como responsáveis por unidades residenciais sócio-economicamente precárias, pressupõe considerar as trocas familiares e intergeracionais e os modos de envelhecimento de ex-empregadas domésticas e lavadeiras. Outrossim, é trazer à tona os limites que as novas gerações enfrentam para se tornar independentes e as consequências que então incidem sobre a organização da família conjugal entre a população pobre, recorrentemente excluída do mercado de trabalho formal.

A REINserÇÃO SOCIAL DOS INDIGENTES

No bojo da discussão política para elaboração da nova constituição brasileira, promulgada em 1988, muitos direitos sociais foram instituídos, visando à colocação em prática de formas de redistribuição de renda. Neste contexto, na maior parte das cidades brasileiras, foram instituídas leis municipais que facultavam o transporte urbano gratuito às pessoas maiores de 65 anos.

Embora fossem medidas aparentemente pontuais, elas alcançaram grandes repercussões, facilitando a mobilidade espacial dos velhos, tanto os dos segmentos pobres como os de classe média, já que a medida não era aplicada segundo a carência, mas pela idade biológica.

Por esta facilidade, muitos dos serviços antes atribuídos aos membros mais novos da família foram transferidos aos mais velhos, especialmente os que pressupunham aventuras em torno de certas demandas, tentativas nem sempre bem sucedidas de obtenção de recursos, visitas a parentes, acesso a serviços médicos, con-

⁶ Este papel de avós provedoras foi analisado por Attias-Donfut e Lapierre (1997) entre famílias de Guadalupe, mas focalizado a partir da contribuição financeira advinda do acesso ao sistema previdenciário.

⁷ Sobre a circulação de crianças em redes de solidariedade familiar e vicinal, ver Fonseca, 1995.

corrência com os habitantes de rua na busca de alimentos em instituições e locais de despejos de lixo.

Na luta pela minimização da precariedade, as pessoas *idosas* que ultrapassaram 65 anos conquistaram o direito de romper com o fechamento de fronteiras culturais e físicas. Libertados destas amarras, os velhos puderam se valer do tempo livre para prestar serviços aos familiares e redimensionar a relação entre custos e contribuição derivada de sua presença improdutiva na família.

No início da década de 90, os serviços filantrópicos e assistencialistas foram objeto de valorização, em face da mobilização da sociedade brasileira pela Campanha nacional de combate à fome e à miséria. Outrossim, foi intensificado o processo de concorrência entre instituições religiosas para mobilização de fiés e demonstração de eficácia da prática intervencionista sobre os comportamentos indesejados dos pobres, expostos a espetáculos de sua dramática miséria pela busca de alimentos em depósitos de lixo. A prática de redistribuição de recursos aos pobres foi então ampliada pela renovação e expansão dos doadores.⁸

Este é o caso do Dispensário Santa Luíza de Marillac, definido como *obra social de assistência e promoção humana dos pobres*, situado em Niterói.⁹ Está destinado ao atendimento aos *idosos desamparados*. Os critérios adotados para referenciar esta definição são diversos porque circunstanciais, dada à gravidade da carência dos assistidos; mas a idade reconhecida para a classificação de *idoso* gira em torno de 70 anos. Os demandantes que estão abaixo desta idade são classificados como *mais novos*, definição altamente imprecisa porque relativa. É então questionada pelo caráter arbitrário, exaltado diante da contraposição a problemas e carências singulares.

Os critérios de elegibilidade não distinguem os *idosos* por sexo, mas dos 120 atendimentos sistemáticos ou conquistados como direito, apenas dois se dirigem a homens.¹⁰ Os *idosos* são carinhosamente chamados de *vovós e vovôs*. Esta denominação contudo, ultrapassa o afeto para demarcar as relações intergeracionais

⁸ Para o estudo de caso do campo institucional da caridade em Niterói, ver Neves, 2001a.

⁹ O trabalho de campo que subjaz aos dados aqui organizados foi colocado em prática por três bolsistas de iniciação científica vinculadas ao Projeto O Campo Institucional da Caridade, viabilizado por apoio do CNPq. Por ordem de intensidade na contribuição, participaram Silvana Galeti Gurgel, Barbara Gregorio e Silva e Maria Marcia Buss e Sousa, todas por mim supervisionadas, supervisão que contou com minha participação em diversos eventos institucionais e na realização de entrevistas. Sob presença assídua das bolsistas, o trabalho de campo foi realizado entre os meses de julho a dezembro de 1998.

¹⁰ Estas constatações reforçam a necessidade de se estudar a situação dos *idosos*, do sexo masculino, que não participam desta rede de solidariedade, e a posição da geração intermediária, absorvida de forma precária e cada vez mais restritiva. Os filhos das entrevistadas que exibem vinculações propiciadoras de autonomia financeira exercem atividades como marceneiro, comerciário ou serventes em lanchonetes, bares, padarias, supermercados, frentistas de posto de gasolina, criador de porcos confinados e cabritos à solta em terrenos baldios, empregadas domésticas, telefonistas, funcionários públicos, entre os casos citados. Tornam-se dependentes dos familiares quando desempregados ou vinculados ao mercado informal para prestação de serviços e negócios precários: vendedor ambulante de objetos de plástico, de pano de chão, de flanela, de passarinho, prestadores de serviços de limpeza de quintal, vendedor de churrasquinho, catador de lixo, para sistematizar algumas das situações.

e os privilégios atribuídos a essa posição na família. Após seleção quanto à idade e às condições sociais de vida que justifiquem a transferência sistemática dos alimentos, eles são reconhecidos como *cadastrados*. Como o direito a receber a bolsa de alimentos não é mais questionado quando os beneficiários adquirem este *status*, salvo por abandono do demandante, eles passam a realizar projetos contando com a respeitada assiduidade da redistribuição. E, como troféu, referem-se aos 18, 15, 12, 3 anos consecutivos de participação na vida institucional.

Esta instituição se reveste de grande importância para a reprodução física e social dos indigentes. Constitui-se como centro de produção de saber sobre os reconhecidos *idosos carentes* e de convivência e de redimensionamento social entre eles, além de prestar serviços de distribuição sistemática de bolsa de alimentos, assistência médica ambulatorial e farmacêutica. Incorpora muitos outros *idosos carentes não-cadastrados* por assistência diferenciada, na medida em que o fundo de redistribuição permita. Não sendo assumida como redistribuição sistemática, é definida como *sobras*: de alimentos, de medicamentos e de roupas usadas. Portanto, o Dispensário agrega um conjunto de pessoas da mesma idade e as diferencia segundo os critérios de elegibilidade. Ao instaurar esta diferenciação, especialmente pela subdivisão em idade, opera como um espaço aberto para elaboração de pontos de vista sobre a forma de inserção dos pobres na sociedade, sobre a periodização das etapas de vida e sobre a concepção de pobreza.

Constituindo-se enquanto espaço de dominação personalizada, na instituição tem sido possível às *idosas*, tornar viável a objetivação de estratégias de redimensionamento das relações segundo a criatividade e a imaginação do demandante. Os critérios formais são, por isso, questionados, em nome da exaltação da singularidade de cada caso. Para os demandantes dos recursos está em jogo a compreensão do sofrimento específico a cada história de vida frente a restrições semelhantes.

A dispersão da oferta de recursos pode levar as *idosas* a percorrerem diariamente as várias fontes de acesso e de redistribuição, numa atividade estafante e humilhante, que impõe a contínua exposição das carências. A concentração de diversos recursos numa só instituição e a partir do *cadastramento*, como é o caso do Dispensário Santa Luíza de Marillac, redimensiona a atividade de coleta e o exercício do papel de coletor de recursos pelo *idoso desamparado*.

Há uma outra função exercida pela instituição, cuja importância nem sempre lhe é atribuída, dada a desqualificação recorrente do trabalho assistencial. O Dispensário opera como um posto de intermediação na construção do acesso dos *idosos* aos direitos sociais ou benefícios previdenciários. Seus dirigentes¹¹ colaboram na difícil tarefa de ultrapassar os bloqueios burocráticos impostos e internalizados para desestimular a pressão sobre o acesso à aposentadoria e à pen-

¹¹ Uma irmã de caridade e suas auxiliares, senhoras oriundas de vários estratos de classe média reconhecidas no papel de *luzas*.

são de viúvas e deficientes físicos. A equipe dirigente da instituição cumpre assim importante função política. Constrói provas documentais para o reconhecimento legal do trabalho da empregada doméstica, recupera reconhecimento de direitos de antigos trabalhadores rurais, qualifica uniões estáveis e o direito à pensão de viúvas e mães que mantêm a prole mediante irresponsabilidade dos pais. Criando canais de acesso para formação do processo de demanda do reconhecimento dos direitos, procura então tornar uma prática a definição contida na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social: a constituição da autonomia financeira dos pobres pelo salário mínimo.

A importância do acesso à documentação e as dificuldades reais ou imaginárias para obtê-la são referidas como situação dramática de hetero ou auto-exclusão de determinadas demandas, comentário recorrente entre as entrevistadas. Auxiliá-las a superar tais bloqueios e a se candidatar à constituição da posição de reivindicante de direitos sociais e de reconhecimento da cidadania é recurso fundamental ao redimensionamento da posição desqualificada e auto-desqualificante com que são vistos e percebidos os indigentes.

As bolsas de alimentos ou cestas básicas – 1 kg de feijão, 2 kg de arroz, 1 kg de farinha, 1 kg de fubá, uma lata de leite em pó, 250 g de café, 2 kg de açúcar, 1 kg de sabão, 1 lata de óleo, sal, maizena, biscoito, pão – são sistematicamente oferecidas na terceira segunda-feira de cada mês sob um amplo programa religioso e festivo. Ele é iniciado pela recepção e identificação dos beneficiários (cada uma recebe um crachá), pela participação no café da manhã, seguido de missa especial a eles consagrada, confraternização por almoço com maior ou menor caráter festivo, conforme o calendário de eventos – dia dos *idosos*, datas religiosas – e atividades de sociabilidade (cantos, ensinamentos, comentários sobre cotidiano, sobre programação institucional), enquanto as cestas são redistribuídas.¹² Nessa ocasião, as *idosas* são estimuladas à constituição de parcerias ou relações mais personalizadas com a irmã de caridade e as *luízas*, que exprimem com intensidade o sentimento de felicidade pela troca caritativa. Cada *idosa* pode lhes encaminhar pedidos especiais: rádio, cobertores, toalha, lençol, cama, colchão, sombrinha, ferro de passar, filtro, televisão, sapato, roupa nova, geladeira, material de construção, garrafa térmica, entre os mais citados.

O acesso à posição de *cadastrada* corresponde ao coroamento da incorporação de normas sociais, de mobilização de instâncias de formação e de iniciação, de construção de consenso com agentes portadores de perspectiva de vida diferenciadas e de objetivos proselitistas, visando criar monopólios de visão de mundo, mas também institucionalizar a inserção em redes de circulação de bens. Esta inserção corresponde, para benfeitores e beneficiários, ao acesso a posições de poder

¹² O cardápio é variado, propiciando a escolha. Por exemplo: arroz com peito de frango desfiado, macarrão à bolonheza e frango com aipim. A repetição é um hábito. Quanto à sobremesa e demais doces que são oferecidos, são tão fartos que as assistidas vão acumulando em bolsas para levar para casa. A refeição se faz acompanhar de oferta de refrigerantes. A maior parte dos alimentos é preparada pelas *luízas*, na cozinha da instituição. Elas se orgulham do cuidado com a apresentação e o sabor, e elas mesmas, nestes dias, almoçam na instituição.

e de redefinição da dignidade social. A posição de *cadastrada* se desdobra em benefícios para os familiares, que podem usufruir dessa aprendizagem mas também reivindicar o reconhecimento do patrimônio de saber reproduzido.

Por um lado, a posição de *cadastrada* nesta instituição corresponde à afirmação de formas de poder sustentadas na dominação personalizada, consoante à posição dessas mulheres na sociedade, geralmente empregadas domésticas, razão pela qual os homens idosos pobres estão auto-excluídos deste circuito. Por outro, corresponde a situações de mediação para deslocamento dos modos de inserção social. Circunscritas anteriormente ao universo informal, as *idosas* podem assim consolidar posições de direito e de inserção em universos formais. Portanto, o mundo da entre-ajuda, do assistencialismo e da filantropia pode ser mediador ao mundo dos direitos, especialmente entre segmentos que deveriam, pelas intenções das leis e dos programas estatais, estarem restritos, ao máximo, ao universo da metáfora de modos de constituição do Estado como construtor e legitimador de cidadanias.¹³

Os dados da PNAD/1996 mostram que a renda média dos maiores de 60 anos é maior do que a dos jovens, ou seja, daqueles com menos de 30 anos. Nas famílias que contêm idosos, 45% da renda familiar provêm de seu rendimento. Nessas famílias, 36% têm idosos como chefes e filhos que moram juntos. (Editorial Como Vai? População brasileira, v.4, n.1, p.1-2, maio, 1999)

O reconhecimento desta dimensão redistributiva do rendimento familiar coloca em relevo as relações intergeracionais e o papel dos avós na reprodução social e familiar entre os pobres, mas principalmente daqueles que declaram e clamam a construção de relações de troca entre segmentos sócio-econômicos diversos e diferenciados. O destaque da posição do avô ou avó já é constitutivo de uma demarcação do tempo, bem como da organização social pelas filiações sucessivas ou pela gerações alternadas.¹⁴

¹³ A assistência social para os idosos e inválidos entre os trabalhadores informais do mercado urbano, só se fez presente a partir da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, incorporando o indigente. No caso dos trabalhadores do meio rural, a assistência previdenciária só se implantou de fato a partir de 1992, com o regime de universalização do atendimento e a redistribuição de 1 salário mínimo para ambos os sexos, sob idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres. A partir da Lei complementar nº 11 de 1971, implementado a partir de 1972, com o PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/FUNRURAL-Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, foi precariamente colocado em prática um sistema de redistribuição inicial de benefícios de aposentadoria em torno de ½ salário mínimo para a cabeça do casal a partir de 65 anos ou pensões reduzidas a 30% deste valor principal. Sobre esta questão social, ver também Demo, 1995 e Telles, 1990 e 1996.

¹⁴ Alguns pesquisadores têm destacado o fenômeno que os olhares otimistas tendem a secundarizar: a contribuição importante do papel do velho à família evidencia o quadro de precarização do trabalho e do desemprego entre a população potencialmente ativa para o trabalho (Camaramo, Tascom, Carneiro, 1999, p.3). Avaliados entre beneficiários dotados de rendimentos muito baixos, os efeitos de tais políticas, quando considerados em si mesmos, demonstram resultados inesperados e importância inestimável. De um modo geral demonstram os dados estatísticos que houve diferença significativa produzida sobre a renda domiciliar, quando a família se beneficia através do acesso de um dos membros ao sistema de proteção previdenciária rural (Delgado e Cardoso Jr., 1999, p.7). E mais, esta redistribuição produz efeitos no dimensionamento da população de indigentes ou miseráveis, pois que aumenta o contingente dotado de faixa de renda domiciliar per capita mensal acima da linha da pobreza (US\$60).

A análise qualitativa de casos em que os velhos, anteriormente integrados ao mercado urbano, com suas pensões e aposentadorias, socorrem os filhos e os netos, demonstra o quão tardiamente eles puderam ter acesso a estes recursos, a maior parte das vezes gastos em remédios por falta de outras políticas compensatórias de atendimento à saúde. Evidencia que os recursos financeiros vêm sendo aplicados nos gastos exclusivamente mercantis – luz, gás, raramente água, cobrindo o exercício do consumidor de alguns dos serviços até recentemente públicos, hoje privatizados. Os gastos com vestuário, calçados e utensílios domésticos são eliminados por serem atendidos pela assistência social. E a habitação é geralmente assegurada pela posse privilegiada dos velhos, muitos deles construtores das favelas. Ela revela, por fim, as circunstâncias sob as quais essas outras gerações se tornam beneficiárias indiretas dos minguados benefícios do sistema de previdência. Os beneficiários diretos pouco retêm de tais ganhos, porque investem na tentativa de minimizar os efeitos do aumento do empobrecimento, participando do sistema de solidariedade articulado por unidades familiares situadas nas condições de indigência.

Longe de produzir processos de expansão do consumo e bem-estar, como entre *idosos* de segmentos sociais de renda domiciliar mais elevada (Medeiros e Osório, 1999, p.15-19), os recursos financeiros dos reconhecidos como indigentes são diluídos, porque correlatos ao aumento do desemprego, da precarização do trabalho e de suas decorrências na reprodução da estabilidade familiar. As condições de vida de alguns destes velhos vêm, por isso, sendo mantidas por instituições beneficentes de caráter religioso, como demonstra o caso considerado neste texto. Muitos deles continuam vasculhando depósitos de lixo em busca de alimentos básicos.

Enquanto trabalhadoras, as entrevistadas não conquistaram os direitos correspondentes. Obtiveram-nos na condição de indigentes, quando o Estado brasileiro passou a criar um sistema de redistribuição de rendas e de minimização das pressões para assistência direta aos dependentes *idosos*. Este acesso, por outro lado, tem se dado por mediação da patroa, de familiares mais comprometidos com o bem-estar da parentela pobre, por funcionários de instituições de assistência social e pelas *luizas* agrupadas no Dispensário.

Outras se beneficiaram de pensões deixadas por maridos que participavam do sistema de previdência urbana; por companheiros que, em troca de apoio na velhice, reconheceram direitos a herdeiros, mesmo que de fato não fossem consanguíneos, especialmente se doentes ou deficientes físicos e mentais.

Portanto, não se pode perder de vista, como os casos demonstram, que essas beneficiárias do sistema universal da previdência e assistência social se reproduzem associando múltiplas entradas para o rendimento familiar: a conquista mensal da bolsa de alimentos adquirida em uma ou mais instituições; a apropriação por posse de casas e barracos, evitando o pagamento de aluguel; a disponibilidade para a recepção de roupas e utensílios domésticos doados; a associação de práticas de

minimização do consumo mercantil. Algumas, entre 60 e 75 anos, ainda exercem atividade remunerada, principalmente passagem de roupa, venda ambulante, em mercados locais, de milho verde, de café, de doces, de churrasquinho.

A CULTURA DA SOLIDARIEDADE E A ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS

As entrevistadas, quando convidadas a falar sobre a vida familiar ou sobre as razões da demanda de ajuda institucional, referem-se recorrentemente a comportamentos individuais indesejados de alguns dos membros da unidade doméstica. Eles são acentuados, na maior parte das vezes, para apresentar as razões das defasagens ou das impossibilidades de objetivação da família conjugal ou nuclear. Desta forma, elas desfilam os múltiplos arranjos possíveis para enfrentar a ausência ou o mau desempenho de papéis básicos, especialmente o do esposo ou companheiro. E acentuam, dadas as condições da pesquisa, o papel das avós ou das mães na disponibilidade para o exercício de funções previdenciárias: socorro aos consanguíneos doentes, aos desassistidos, aos órfãos, às crianças sacrificadas diante da viabilidade de nova relação conjugal das mães, aos indesejados no mercado de trabalho, aos inadaptados a um modelo concorrencial de demonstração da dedicação plena ao trabalho.

Os arranjos que se distanciam do modelo de família conjugal autônoma fazem ressaltar a recorrência das unidades domésticas constituídas sob a condição extensa ou multigeracional, isto é, coexistência de três gerações sucessivas ou duas gerações alternadas, geralmente associadas pela filiação matrilinear. Se as três gerações coexistem, as avós estão comumente exercendo autoridade econômica correspondente ao papel de provedora.¹⁵

Por conseguinte, a noção de família que referencia as entrevistadas corresponde à elaboração sistematizada de modos de vida; a regras comportamentais elaboradas por certa moralidade, que orienta os parentes no sentido de perseguir a autonomia ou de investir no direito à solidariedade pontual ou contextual. Estas qualificações comportamentais repertoriam então as situações nas quais se espera a reciprocidade das colaborações mútuas.¹⁶ Esta moralidade exalta o dever dos que

¹⁵ Segundo a análise comparativa apresentada por Attias-Donfut e Segalen (1998), dos papéis exercidos por avós em contextos sociais e culturais diversos, os casos mais próximos aos considerados neste texto estão presentes entre certas unidades familiares na Rússia e em Guadalupe. Na Rússia, diante da maior taxa de mortalidade entre os homens e da escassez de habitações, é comum a coabitação de gerações numa mesma casa, mesmo que os jovens casais desejem residências independentes e próximas aos pais. As ajudas entre gerações se ampliaram diante da crise econômica aguçada no final do último século. As avós exercem autoridade sobre os demais membros da família, fundada principalmente no acesso mais regular a recursos financeiros de aposentadorias e pensões e diante da posse da terra, que oferece alternativas para auto-subsistência (cf Gessat-Anstett, 1999). Estudos levados a efeito sobre a família em Guadalupe reafirmam a presença, embora minoritária, de netos residindo com avós e de famílias organizadas pela matrifocalidade, com forte autoridade da avó. (cf Attias-Donfut et Segalen, 1998, p.179-203)

¹⁶ A insistência do pesquisador para reconstruir as diversas formas de organização familiar era bloqueada por desinteresse ou desconhecimento das entrevistadas. Além disso, as condições de pesquisa não contribuíam para ultra-

são definidos como capazes de não dispersar os familiares incapazes, não abandoná-los, não submetê-los à circulação desenraizadora, forma predominante de compensação das impossibilidades de reprodução nas gerações das avós e das mães entrevistadas.

Elas se referem à vida conjugal a partir do mau comportamento dos companheiros ou maridos. E colaboram na institucionalização de alguns desvios já esperados: manter relacionamentos bígamos, transferir parte dos recursos financeiros da renda domiciliar para gastos ostentatórios na rua, adotar com recorrência o uso abusivo de bebida alcoólica e praticar atos de violência física sobre mulheres e filhos. O uso abusivo de bebida alcoólica é mais tolerado quando não se faz acompanhar de exacerbadas agressões físicas aos membros da família e o marido mantém a função de provedor.¹⁷ O abandono do companheiro alcoólico e violento depende da solidariedade do parentesco, razão pela qual muitas das filhas casadas voltam para a casa das mães, se convivendo sob tais circunstâncias.

Estes desvios são em grande parte esperados porque dificilmente os homens suportam sozinhos o sustento financeiro da família e porque eles são estranhos ao grupo familiar da esposa. Como estranhos, devem reconstruir a afiliação por aliança, investindo na reprodução de outro grupo de consanguíneos. A tendência geral é que eles venham habitar no território da família da mulher e que a mais velha e proprietária do espaço habitacional mantenha a autoridade sobre o grupo. Diferentemente de outros casos mais recorrentes na literatura, são os homens que, nesta situação, circulam e são instáveis.

Se neste contexto de exacerbação da descontinuidade das relações familiares básicas, da elaboração de narrativas convincentes da situação de exceção, aos anti-maridos são recorrentemente atribuídas as causas da situação de indigência, estes atributos negativos devem ser entendidos nos limites da ilustração e não como comprovação.

No contexto das instituições filantrópicas, os homens não têm direito à palavra. Este é um universo feminino e de mulheres que acentuam a incompletude das condições adequadas de vida e que investem na degradação do papel ou na função diluída dos companheiros. Além disso, as entrevistadas falam em abstrato porque geralmente eles inexistem por abandono ou morte; ou por inserção em outras redes para afiliação ao mercado de trabalho.¹⁸ Buscando causas individuais, as

passar os limites assim impostos: as entrevistas foram sempre realizadas na instituição e no tempo disponível pelo pesquisado, geralmente exíguo para o pesquisador.

¹⁷ Quando as entrevistadas comentam o exercício do papel de esposo pelos genros, pelos companheiros mais jovens, por vezes também pelos seus próprios filhos, a recorrência daquele inadequado comportamento também está presente, mas o elenco de razões é ampliado pela dependência ou pela vinculação ao tráfico de drogas. Nesses casos, geralmente eles se encontram ausentes da família.

¹⁸ Não houve citação, nos inúmeros casos estudados, da presença de avós ou pais idosos. Eles estão mortos ou de há muito já se afastaram do convívio da unidade residencial em foco. Nestes casos, o desconhecimento da atual condição de vida deles é a situação recorrente. Em certos casos, as filhas comentam que passam por eles na rua, mas eles não as reconhecem porque jamais reataram o relacionamento.

mulheres acentuam sua tenacidade por exemplos instrumentais à sistematização de valores consagrados ou de comportamentos condenados. E, por fim, o universo da filantropia é do domínio da produção de versões sobre a consagração do sofrimento e da doação. As causas da pobreza massiva em pouco diferem para todos aos quais ela se impõe. A concorrência para obtenção de ajuda se funda no aprendizado da construção de discurso sobre a singularidade do sofrimento de cada indivíduo por ela atingido.

O respeito ao exercício proposto às entrevistadas exige que o pesquisador assuma sua cumplicidade na construção do aspecto caricatural do discurso.¹⁹ Ao tomar a entrevista como instrumento de trabalho, também ele acredita ser possível a elaboração de sínteses parciais; ser plausível a atribuição de ordem e coerência ao caótico, ao imprevisível e ao ultrapassado; ser factível ao entrevistado criar modelos de apresentação unificadora. É preciso então entender os significados deste modo de construção da contraposição da maudade masculina à bondade feminina, a quem idealmente está reservada a proteção devotada e inquestionável aos dependentes legítimos e ilegítimos.

Acrescente-se ainda que o modelo de família é da ordem do imaginário, porque é um fato cultural, criado por regras, leis e mitos. A desconstrução da família real diante da romanceada, abre espaços para imaginação contrastiva sobre papéis masculinos – do marido – e femininos – da esposa. E, neste campo, nada há de excepcional: os seres sociais não constroem relações imediatas. Elas são sempre mediadas pela elaboração das representações e das visões de mundo.

A caricaturação dos pais e dos maridos ou companheiros também ilustra a difícil realização do modelo conjugal, especialmente entre assalariados vinculados ao mercado sob instabilidade e poucos rendimentos.²⁰ Este modelo de relações conjugais pressupõe que o esposo receba um salário que contemple sua reprodução, a da esposa e a dos filhos, critério de constituição do rendimento desconsiderado no mercado de trabalho. A objetivação do modelo é então definida como produto do empenho moral: sustenta-se numa ferrenha disciplina e religiosa obediência às regras que instituem o papel dos maridos. A viabilidade desta realização pressupõe o reconhecimento do preço a ser pago pelos homens para o desempenho do papel de marido e pai.

Independentemente das causas evocadas para o provável mau comportamento dos maridos ou companheiros, poder-se-ia afirmar que as entrevistadas contrapõem imprevidência e previdência, este último operando como princípio referenciador de condutas morais deles esperadas, mas por elas adotadas. São elas que se definem e assumem a condição de sustentáculos da reprodução da vida familiar.

¹⁹ As considerações apresentadas para a caracterização das situações de entrevistas se baseiam nas proposições metodológicas elaboradas por Lahire, 1998.

²⁰ Para análise de situação social semelhante, ver Neves, 1985 e Woortmann, 1987.

A fragilidade das relações do casal é então retomada pela análise das relações de parentesco consanguíneo, objeto de investimento reprodutivo por transferências intergeracionais. No caso do arranjo matrifocal, institui-se o comando e a autoridade da avó, mediadora da integração da família em outras redes institucionais mais extensas. A administração desta situação limite estimula o investimento na reordenação da autonomia das unidades conjugais, razão pela qual a mulher mais velha, geralmente a avó, concede autorização para construção de novas unidades habitacionais na horizontalidade ou na verticalidade do espaço físico apropriado. E cada membro da parentela assim reunido deve se esforçar para obter o reconhecimento do outro, demonstrando o investimento no bem coletivo como moralidade obrigatória. A positiva previsibilidade quanto ao comportamento esperado dos filhos é mais recorrente. Algumas entrevistadas falam de sua conquista e vitória na reprodução dos filhos, mesmo que ao preço do sacrifício, postura que estes devem no futuro saber reconhecer.

À RELAÇÃO AVÓS E NETOS

Este sacrifício enobrecedor pressupõe como condição fundamental a indiscutível negação da circulação residencial das crianças, oficial ou consuetudinária, e do seu abandono diante de dificuldades. Muitas das dificuldades de sobrevivência das entrevistadas se devem ao distanciamento da família de origem, causado inclusive pela maior taxa de mortalidade entre a parentela. Diferentemente de sua participação nos dias atuais, preservando a filiação intergeracional de filhos e netos, elas não contaram com avós para lhes dar assistência. A maior parte delas nem lhes faz referência. A taxa mais elevada da morbidade nas gerações dos seus avós e pais operava na constituição da trajetória do órfão, cujas alternativas de assistência eram a sobrecarga da precariedade para a irmã mais velha ou para uma tia materna e, no caso das meninas, também a inserção precoce no trabalho produtivo, como agregadas domésticas.²¹ Por isso, se na infância as entrevistadas se auto-definiam como *crias da casa* – posição que internalizava as dificuldades para reverter os efeitos desta desqualificação social inculcada ao longo do tempo – hoje se apresentam como *velhas desamparadas*.²²

Uma das formas de circulação de crianças mais indesejada, porque comprovadamente mais perversa, é a afiliação a internatos. Esta alternativa só se explica se a mãe se apresenta diante da escolha absurda de deixar os filhos morrerem por inanição e falta de medicamentos, mas beneficiários de sua atenção e afe-

²¹ Em alguns casos, a nova inserção inerente à circulação residencial das crianças redimensionava a filiação, permitindo a mobilidade positiva, efeito desejado quando da transferência da assistência às filhas.

²² A rede de solidariedade entre vizinhos vem propiciando a sobrevivência de pessoas idosas e solitárias, especialmente se estas relações foram constituídas a partir de um longo passado. Estes vizinhos são por elas reclassificados como parentes, porque seu comportamento corresponde ao deles esperado.

to, ou transferir a alguém a possibilidade de sobrevivência, mesmo que passageira, viabilizadora do reencontro futuro.

Diante da interrupção dos ciclos reprodutivos, as avós entrevistadas agregam alternativas para impedir o desenraizamento familiar e assegurar aos netos os recursos que acreditam propiciadores da melhoria das condições de vida: aumento da escolarização e superação do vínculo empregatício pelo trabalho doméstico. O dever idealmente atribuído às crianças é estudar, na expectativa de que, portadoras de outros saberes, possam melhor se qualificar para inserção no trabalho e para obtenção da autonomia financeira.

Destacam-se então as diferenciadas concepções sobre a infância entre avós e netos. Os primeiros foram socializados sob a concepção da criança como trabalhador em potencial ou em formação, que repete a posição dos pais, cuja mobilidade é definida como sorte ou acaso porque dependente de ajuda externa. Os segundos são socializados diante de alternativas abstratas que desconsideram as condições de vida dos antecessores. A maior escolaridade é a orientação mais objetiva da projeção do futuro desejado.²³

Independentemente das intenções e desejos das avós, os recursos disponíveis para socorro às crianças desamparadas se alteraram. Antes podiam estar colocadas diante da alternativa da migração rural-urbana, da moradia no emprego doméstico e da incorporação de capital social acumulado por famílias que, mediante relação reconhecida de dependência e gratidão, poderiam, em tese, oferecer alternativas de futuro mais promissor para as crianças e jovens assim integrados. Hoje fazem uso de escolas precárias, de recursos redistribuídos mediante a auto e hetero definição de indigente e, para algumas, dos minguados recursos da previdência social.²⁴

A circulação residencial de crianças, como demonstram as condições de vida das entrevistadas, dificulta ou impede a construção de um modelo de residência onde a proximidade física da mãe com filhos propicie o respeito à autonomia, mas também a atenção e a entreatuda pontual. Confirmando a regra, só permanecem referidos entre si os filhos que puderam reproduzir a regra de residência sob proximidade física, muitas vezes, como se verá, viabilizada pela herança da posse familiar. Por isso mesmo, as avós são protagonistas da construção fundante de unidades familiares organizadas sob modelo intergeracional.

A RELAÇÃO MÃE E FILHOS IMPRODUTIVOS OU DESEMPREGADOS

A assistência das mães aos filhos improdutivos se eterniza pela inexistência de recursos institucionais e de política social; ou seja, pela inexistência de defini-

²³ Para análise das diferentes concepções de infância e de sua relação com o trabalho, beneficiei-me das elaborações apresentadas por Attias-Donfut e Segalen, 1998.

²⁴ Para a análise das dificuldades dos pais em objetivar o projeto de melhoria das condições de vida dos filhos pelo aumento da escolarização, ver Neves, 1999a.

ção de tais carências como problema social. Aos pais cabem os efeitos maléficos da prole dependente. Por isso mesmo, entre os discursos de muitos dos habitantes de rua, as causas de seu isolamento familiar são atribuídas à morte da mãe. Na impossibilidade desta assistência familiar, restam a solidariedade da caridade individual praticada pelos transeuntes ou a internação em instituições que assumem apenas o dever social de impedir a morte por inanição.²⁵

A responsabilidade das mães diante dos filhos improdutivos não se limita aos casos de incapacidade involuntária para o trabalho. Ela recobre também os casos de inadaptação à disciplina exigida no processo produtivo e a incapacidade supostamente voluntária. Esta posição, contudo, é vastamente condenada ou inadmissível, mesmo pela mãe-provedora. Nesses casos, a união conjugal, especialmente no caso das mulheres, pode ser uma solução providencial, por transferir a um terceiro a participação na provisão dos recursos necessários à reprodução do improdutivo para o mercado de trabalho.

Entre os casos mais recorrentes estão os filhos com deficiência física e mental, nos seus mais diversos graus, os alcoólicos, os epiléticos e os que se inserem no mercado de trabalho de forma tão instável que não conseguem assegurar o próprio sustento.

A PROVISÃO DO PATRIMÔNIO HABITACIONAL FAMILIAR

Tanto as entrevistadas que nasceram na região do Grande Rio como as que migraram participaram do intenso processo de redefinição do território urbano, ocorrido entre as décadas de 50 e 70, quando a ocupação de terrenos devolutos e desvalorizados economicamente era factível. A diversidade de situações de apropriação ilegal, informal ou clandestina do lote de terra para construção da habitação revela a multiplicidade de possibilidades.

O acesso ao espaço para a construção do barraco e posteriormente da casa podia se dar: – pela apropriação de espaços definidos como pertencentes ao Estado; – pela concessão de um benfeitor, por vezes impessoal, que redistribuía áreas de moradia para os pobres; – pela sucessão patrimonial, tanto constituída como direito por filiações consanguíneas, como por compra de benfeitorias.

O caráter ilegal e clandestino da posse é atribuição externa para a maior parte dos casos, porque as entrevistadas pressupõem uma concessão legítima por alguém que se dizia proprietário ou intermediário de uma autoridade por vezes desconhecida. Contudo, na maior parte dos casos, esta autoridade está atribuída ao vizinho, detentor desta posição em face da longevidade da apropriação não reclamada. Portanto, a apropriação da terra definida como livre ou como apropriável,

²⁵ Sobre a análise das condições sociais de vida dos mendigos ou da população de rua, ver Neves, 1975, 1976a, 1976b, 1983, 1994, 1995 e 1999.

orientava-se por regras consuetudinárias de vizinhança e de parentesco, isto é, pela moralidade dos valores que orientam a vida familiar e vicinal.

Dada a importância da posse e sua posterior escassez, por mais precário que seja o *barraco*, ele incorpora um espaço de terra e recebe os investimentos no sentido de uma lenta formação e acumulação de patrimônio. Concebido para o usufruto e para a sucessão ou para a venda das benfeitorias, ele constitui uma das raras alternativas de escassa acumulação. O patrimônio é familiar, planejado para coresidência de familiares em vizinhança.²⁶

As transferências são realizadas no ciclo de vida, conforme desigualdades proporcionais à carência e à deficiência para se constituir autonomamente. São prerrogativas da mãe proprietária que decide a quem assegurar a situação. Uma vez que a orientação para a construção do projeto pelos filhos é a perseguição de uma situação melhor, aos incapacitados corresponde o privilégio do acesso à casa materna.

A construção do *barraco* ou da *casa* é um processo inacabado, por diversos motivos: – porque está longe de corresponder ao projeto da casa adequada, sempre desejada; – porque o material de construção é precário e está sempre em decomposição, necessitando reparos: – porque a composição da família vai se alterando conforme o ciclo de vida, impondo a necessidade de ampliação da casa; – porque os primeiros posseiros querem assegurar direitos a sucessores, hoje praticamente só possível pela aplicação da laje e da expansão vertical; – porque as condições de construção da casa melhoraram.²⁷

No contexto atual, esse projeto de construção do patrimônio familiar melhor se consolida pela alteração do tipo de material utilizado e a conseqüente alternativa de incorporação da laje. Através da laje, as *puxadas* para abrigar familiares passam a ser verticais. Esta possibilidade de acumulação é altamente diferenciadora das alternativas de atendimento das necessidades socialmente constituídas.²⁸ Ele consolida a definição do espaço como um patrimônio familiar a ser transferido segundo regras próprias que privilegiam os menos aptos.

O controle do acesso à laje também revela o processo de fechamento da fronteira de acesso à terra nas *favelas* e da valorização mercantil destes espaços, expressando as dificuldades das novas gerações para incorporar espaços habitacionais em áreas mais próximas aos centros urbanos.²⁹

²⁶ Para um estudo sobre regras de constituição e transmissão do patrimônio, de escolha de sucessores na posse de casas e barracos sediados em favela na cidade do Rio de Janeiro, ver Weber, 1999.

²⁷ Os materiais a que a população pobre foi tendo acesso para a construção da casa deixaram de ser madeira e zinco, para ser tijolo e telha. Aqueles precários materiais ainda podem ter valor fundamental, na fase inicial da construção do barraco e da incorporação à comunidade residencial. Sua utilização caracteriza o momento do ciclo do investimento ou da retomada da construção para os que dela foram expropriados.

²⁸ A incorporação da laje representa também maior segurança diante de agressões postas em prática por vizinhos e de tiroteios recorrentes em certas *favelas*.

²⁹ Esse processo foi por mim considerado em Neves, 1999b.

A necessidade da laje, recurso básico ao projeto familiar, é reconhecida pelos benfeitores institucionais, que concedem tijolos e cimento para realização paulatina do processo de auto-construção. Deste modo, eles reafirmam o projeto de integração familiar e os investimentos das avós no sentido de amparar os dependentes e os que com elas estabelecem relações de reciprocidade. Colaboram na reafirmação do poder e da autoridade da avó no seio da parentela. Criam formas institucionais de evitação do abandono de crianças e da perambulação de adultos pelas ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *idosas* entrevistadas são beneficiárias de uma série de atenções e recursos que as diferem entre si mesmas. Este privilégio deriva do contexto sócio-histórico de reconhecimento da importância social e econômica desta geração. Mas elas também se fizeram beneficiárias dos recursos que acumularam e da posição de poder que exerceram, em face do saber cotidianamente construído para administração de novos modos de inserção social. Tendo internalizado as regras de dominação pessoal, têm desenvolvido uma sabedoria no sentido de demonstrar a carência e a disponibilidade para recepção da ajuda, de tal forma verbalizadas que impõem a tomada de posição do interlocutor.

E uma das sabedorias é não deixar passar ou criar sempre oportunidades de ampliar a rede de redistribuição de recursos. No caso da pesquisa, constantemente os pesquisadores se viam constrangidos a apresentar desculpas por não estarem se integrando a esta rede de redistribuição de recursos. Contudo, identificados como portadores da mesma posição dos benfeitores, puderam registrar estes momentos como meios de acesso ao universo moral que tem vigência na rede institucional da caridade.

Auferindo relativamente posição privilegiada pelo aprendizado da construção do pedido ao outro, posto que na prática não apresentam situação excepcional frente a tantas outras *idosas* nas mesmas condições, elas demonstram a importância da abertura das relações e da ruptura do insulamento cultural para a minimização dos efeitos da pobreza. O saber construído como uma forma de luta e resistência é elaborado na convivência com o mundo do outro. Não pode ser qualificado como cultura própria, porque depende da cumplicidade com a visão de mundo dos benfeitores.

Por este saber historicamente construído, as avós podem transmitir aos netos, que geralmente as acompanham e as auxiliam nesta tarefa de acumular recursos para o bem-estar do grupo, os princípios daquela forma de inserção, hoje a eles fechada. Elas podem iniciá-los na convivência diferenciada, numa sociedade altamente desigual, inclusive pelo aprendizado da argumentação defensiva e relativizadora dos preconceitos do outro. Além disso, por esta filiação e afiliação, ao instituírem a vida interativa com o outro, também reproduzem a vida familiar

intergeracional, da qual elas foram apartadas. Elas reproduzem as cumplidades geracionais, quando os pais são impotentes para o papel. Enfim, elas aparecem como agentes importantes na socialização das novas gerações, incutindo valores e modos de percepção da cultura da solidariedade, pois que tentam internalizar junto aos netos protegidos, os deveres de atenção que em troca lhes são devidos. E, por fim, dada a ruptura com a família de origem, em face da migração, muitas delas constroem uma nova família. Elas mesmas se “monumentalizam” como o ancestral fundador de nova árvore genealógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATTIAS-DONFUT, Claudine. *Sociologie des générations: l’empreinte du temps*. Paris: PUF, 1988.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine; LAPIERRE, Nicole. *La famille providence: trois générations en Guadeloupe*. Paris: La Documentation Française, 1997.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine; ROSEN MAYR, Leopold. *Vieillir en Afrique*. Paris: PUF, 1994. p.19-48.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine; SEGALÉN, Martine. *Grands-parentes: la famille à travers les générations*. Paris: Odile Jacob, 1998.
- BARBOSA, Fernando Cordeiro. *Trabalho e residência: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes “nordestinos”*. Niterói: EDUFF, 2000.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Dependência da população idosa: uma visão previdenciária. *Como Vai? População Brasileira*, v.4, n.1, p.12-7, 1999.
- CAMARAMO, Ana Amélia; TASCOM, Ana Roberta Patti; CARNEIRO, Isabella Gomes. Idoso brasileiro: dependente da família? *Como Vai? População Brasileira*, v.4, n.1, p.3-11, 1999.
- DELGADO, Guilherme C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. *Como Vai? População Brasileira*, v.4, n.2, p.3-14, 1999.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GESSAT-ANSTETT, Elisabeth. *Sur les rives de Matuska-Volga*. Paris: EHESS, 1997.
- JARDIM, Marta Denise Rosa. *Negociando fronteiras entre o trabalho, a mendicância e o crime: uma etnografia sobre família e trabalho na Grande Porto Alegre*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado) – PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- LAHIRE, Bernard. *L’homme pluriel: les resorts de l’action, essais e recherches*. Paris: Nathan, 1998.
- MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael. Políticas de assistência ao idoso no Brasil. *Como Vai? População Brasileira*, v.4, n.2, p.15-9, 1999.
- NEVES, Delma Pessanha. *Muitos são os chamados, poucos os escolhidos*. Rio de Janeiro, 1975. (Monografia apresentada ao PPGAS, UFRJ).
- _____. *Nem um couro de rato para esteira*. Rio de Janeiro, 1976a. (Monografia apresentada ao PPGAS, UFRJ).
- _____. *Olhai os corvos ..., não têm celeiros*. Rio de Janeiro, 1976a. (Monografia apresentada ao PPGAS, UFRJ).
- _____. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. *Revista Ciência Hoje*, v.3, p.15-27, 1983.

- _____. Nesse terreiro, galo não canta: estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de segmentos de “baixa renda”. *Anuário Antropológico* 85, 1985.
- _____. La misère en spectacle. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, v.25-26, p.61-80, 1994.
- _____. A trajetória da população de rua e suas estratégias de sobrevivência. *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo, HUCITEC, 1995. p.61-70.
- _____. *A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niterói: Intertexto, 1999a.
- _____. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Cadernos do CRH*, v.30-31, p.111-134, 1999b.
- _____. Precarização social, tutela filantrópica e voluntariado. In: MOTTA, Marcia; PIÑERO, Théo R. (Orgs.) *Voluntariado e universo rural*. Niterói: Vício de Leitura, 2001a. (Coleção Herança, v. 1). p.9-41.
- _____. Os chamados e os escolhidos. *Revista Fronteiras*, 2001b. (no prelo)
- _____. A gestão da precária inserção geracional. *Cadernos do ICHF/UFF*, 2001c. (no prelo)
- SOUZA, Marcelo Medeiros C.; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; CARNEIRO, Isabella Gomes. Notas sobre família e políticas sociais na América Latina. *Como Vai? População Brasileira*, v.4, n.1, p.18-28, 1999.
- TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida. *São Paulo em Perspectiva*, s.4, n.2, p.37-45, 1990.
- _____. Questão social afinal, do que se trata? *São Paulo em Perspectiva*, s.10, n.4, p.85-119, 1996.
- WEBER, Alexandre de Vasconcelos. *Sistema de sucessão e herança de posse habitacional em favelas*. Niterói, 1999. Dissertação (Mestrado) – PPGACP, Universidade Federal Fluminense.
- WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.

Matricentrality, indigence and the deep-root family process

Abstract: This study is an analysis of the reconversion of goods – obtained through philanthropic redistribution – which enables the resources accumulation for a housing patrimony by institutional beggars. This patrimony ensures the relatives’ deep-root process, the aggregation of family generation and assistance to those who show themselves as deprived of means for financial autonomy. The reconversion shows itself as a political action possible to those who are deprived of social rights.

Keywords: philanthropy; alternate generation; political action